

ANÁLISE DO SETOR MADEIREIRO DE RORAIMA E SUA INTERAÇÃO COM A CONTABILIDADE AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Patrícia Socorro da Costa Cunha*

Romina Batista de Lucena de Souza**

Palmira Leão de Souza***

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar como a Contabilidade Ambiental pode auxiliar o setor madeireiro na preservação do meio ambiente, além de ajudá-lo a ampliar ações para o desenvolvimento econômico sustentável do Estado de Roraima. Propõe-se a aplicabilidade dessa ciência aos empresários que atuam no ramo de extração da madeira, a fim de ajudá-los na qualificação de seus produtos para exportação, com a preservação do meio ambiente. Durante o trabalho, observou-se que as empresas roraimenses utilizam elementos contábeis que poderiam ser aplicados à Contabilidade Ambiental. No transcorrer deste artigo, foi detectado que as empresas madeireiras do Estado de Roraima não utilizam a Contabilidade Ambiental por não ter conhecimento das informações relacionadas aos benefícios financeiros, econômicos, sociais e ambientais. Foi realizada uma pesquisa de campo, quantitativa e descritiva, envolvendo a aplicação de questionários em 20 empresas do setor madeireiro. Pretendeu-se, dessa forma, justificar e defender a importância da aplicação da Contabilidade Ambiental nas empresas madeireiras no Estado de Roraima. E nesse contexto a Contabilidade possui importante base conceitual para contribuir no desenvolvimento de mecanismos de controle e mensuração da relação “empresa e meio ambiente”.

Palavras-chave: Setor madeireiro. Contabilidade ambiental. Desenvolvimento sustentável.

ANALYSIS OF THE TIMBER SECTOR OF RORAIMA AND THEIR INTERACTION WITH ENVIRONMENTAL ACCOUNTING AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Abstract. The objective this paper is to show how environmental accounting can assist the timber sector in the preservation of the environment, and help you expand actions to the economic development of the State of Roraima. It is proposed that the applicability of science entrepreneurs who work in the business of logging, to assist them in qualifying their products

* Professora de Contabilidade (ensino à distância) das Faculdades Cathedral e de Letras da Universidade Estadual de Roraima. Especialista em Contabilidade, Auditoria e Gestão da Informação pelas Faculdades Cathedral. Especialista em Língua Portuguesa pela Faculdade de Educação de Cacoal-RO. (patriciaxonha@oi.com.br).

** Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UFRGS. (rominabls@terra.com.br).

*** Professora de Contabilidade das Faculdades Cathedral/Boa Vista/RR e Fiscal de Tributos Estaduais/Secretaria da Fazenda/RR. Mestre em Contabilidade e Controladoria (USP) e Doutoranda em Ciências Sociais e Relações Internacionais (DINTER: UnB/UFRR/FLACSO Brasil). (palmira@cathedral.edu.br).

for export, with preservation of the environment. During the study showed that companies use Roraima accounting elements that could be applied to Environmental Accounting. In the course of this article was found that the logging companies in the State of Roraima not use the Environmental Accounting for failing to disclose the information related to financial benefits, economic, social and environmental. Was carried out field research, quantitative and descriptive involving the application of questionnaires to 20 companies in the timber sector. The objective was, therefore, justify and defend the importance of the implementation of Environmental Accounting in the logging companies in the state of Roraima. And in this context the accounting has important conceptual basis to contribute to the development of mechanisms for control and measurement of the relationship "business and the environment".

Key words: Timber sector. Environmental accounting. Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Estamos no terceiro milênio, e como marco temos uma época marcada por competições em que as tecnologias de informação aliadas ao conhecimento são importantes justificativas para as diferenças entre empresas no contexto econômico, mercado e políticas públicas.

Tem-se como objetivo principal neste trabalho mostrar a importância de estudar o setor madeireiro de Roraima, e as ações deste setor para a preservação do meio ambiente e sua preocupação com o desenvolvimento econômico sustentável do Estado de Roraima. Desta forma procura-se demonstrar a importância desta no desenvolvimento sustentável para o setor madeireiro do Estado de Roraima as quais utilizam os recursos naturais como fonte de obtenção de seus lucros e de sua riqueza.

Dentre os objetivos específicos deste trabalho está o de identificar entre os gestores das empresas madeireiras existentes na cidade de Boa Vista se eles conhecem e sabem como utilizar a Contabilidade Ambiental para auxiliá-los com informações que os ajudem a preservar o meio ambiente e evitar a escassez de seu produto; e estudar os principais benefícios do uso da Contabilidade Ambiental pelas empresas madeireiras. Assim, o trabalho procura evidenciar que as informações presentes na Contabilidade Ambiental, em especial nas empresas desse ramo de atividade, são elementos direcionadores de novas atitudes dos agentes operacionais e gerenciais para o melhor aproveitamento dos recursos da empresa de uma forma geral.

Dessa forma, partiu-se da hipótese de averiguar se a Contabilidade Ambiental pode ser um agente condutor de informações necessárias para o desenvolvimento sustentável no setor

madeireiro do Estado de Roraima, ajudando-os na identificação de alternativas para avaliação de investimentos ambientais.

Tem-se que a Contabilidade Ambiental é a ferramenta que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, e da revisão e melhora periódica de tais procedimentos.

Assim este artigo pretende trazer respostas para os seguintes problemas: Qual a contribuição do uso da Contabilidade Ambiental para o desenvolvimento sustentável do setor madeireiro do Estado de Roraima? A exploração madeireira tem sido feita com a preocupação da preservação do meio ambiente?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica pertinente ao tema, segundo a qual se estabelecem os conceitos de contabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável. Para alcançar os objetivos da pesquisa utilizou-se o método de pesquisa *survey* enunciados descritivos, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos do público alvo da investigação.

Dessa forma, emprega-se o método indutivo, o qual é, segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 86), “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas.” Nesse caso específico, esses dados referem-se às madeiras situadas no município de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Para levantamento dos dados, foi empregado um questionário composto de quatorze questões com perguntas fechadas todas de múltipla escolha, aos empresários do setor madeireiro de Roraima a fim de responder qual a relação entre a contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável, mostrando a preocupação deles com o meio ambiente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A busca do desenvolvimento econômico assegurando a preservação ambiental tem conduzindo as empresas, particularmente as indústrias, a adotar práticas de controle ambiental (reciclagem, reposição de elementos naturais, tratamento de esgoto e outros direcionados a

preservação ambiental). O objetivo é minimizar os impactos negativos de sua atividade e a busca de melhor qualidade de vida para a população. Isso proporciona, além da boa imagem da empresa perante a sociedade, retornos monetários significativos de seus clientes internos e externos.

A contabilidade, desde o seu surgimento, teve como função primordial o acompanhamento das atividades econômicas, no papel de mensurar e relatar a situação patrimonial das empresas aos principais usuários das informações contábeis, administrativas, sociais, econômicas e ambientais, acompanhando sua evolução no decorrer do tempo. O relato do nível de conscientização atingido pela entidade cabe a contabilidade, a responsabilidade pela orientação na elaboração de diretrizes de como produzir o que deve ser evidenciado.

Com a evolução e diferenciação das necessidades dos usuários, a contabilidade abriu dentro de seu leque de especializações, o ramo da contabilidade ambiental, parte integrante de seu enfoque social, sendo de suma importância para que se possa analisar a valoração dos recursos naturais. Segundo Ferreira (2003, p. 59), “[...] o desenvolvimento da contabilidade ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental”.

A importância da contabilidade ambiental começa a vigorar quando os problemas ambientais passam a preocupar os gestores e a sociedade, devido à necessidade de mais informações objetivas sobre o meio ambiente o que inicialmente, os contadores não eram bem preparados para esse assunto.

A contabilidade tem sofrido grandes avanços no que se refere à responsabilidade social e ao meio ambiente. Dentro dos meios acadêmicos, pode-se afirmar que as publicações sobre este segmento, apesar de já serem consideráveis em número, a tendência é de crescimento. A relação entre a contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável mostra-se estar no caminho da própria sustentabilidade dos recursos naturais.

3.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Visto que a questão ambiental tem sido muito discutida, este tema tornou-se motivo de estudo. A contabilidade pode evidenciar em suas demonstrações contábeis as transações que tem impacto no meio ambiente, desta forma a contabilidade passa a evidenciar a evolução econômica e a responsabilidade ambiental da empresa.

Segundo Ribeiro (2005, p. 45), pode-se definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros

que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorrido em determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Desta forma, a contabilidade ambiental tem como objetivo registrar e controlar as atividades desenvolvidas e em andamento, que possa causar qualquer dano ao meio ambiente. A contabilidade ambiental também vem sendo utilizada para valorizar a imagem da empresa junto ao consumidor, sendo um fator de diferenciação com a concorrência.

A contabilidade ambiental, substancialmente, não é diferente da contabilidade geral, suas bases e princípios são, em essência, os mesmos. Isto significa que não se podem ignorar os fundamentos e objetivos contábeis relacionados com o meio ambiente que coloque em registro, controle e resguardo os recursos naturais mais importantes, evitando o risco de uma perda a longo prazo e sem retorno.

O Instituto Brasileiro de Contadores Independentes (IBRACON, NPA 11, 1996)) fez uma publicação, sobre a conexão entre a contabilidade e o meio ambiente, e a encarregou de “[...] participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões à vida humana e à natureza”.

Como afirma Sá (1999), “Existem razões fundamentais que justificam a evolução dos estudos da Contabilidade aplicáveis ao entorno da riqueza patrimonial das células sociais. Tais razões encontram-se, especialmente, na responsabilidade que possui o conhecimento contábil perante o homem e o planeta. Muito além de ser uma simples sofisticação, na atualidade, a denominada Contabilidade Ambiental, é uma evolução necessária que dignifica os nossos estudos perante a história do conhecimento”. Dessa forma, é importante destacar o potencial que a contabilidade possui como Ciência da informação para gerar informações que atenda tanto os usuários internos e externos que estão relacionados com a temática ambiental.

Antunes (2000, p. 6), apresentando a sua proposta de uma contabilidade ambiental, relata que esta deve ter a capacidade de:

A Contabilidade Ambiental [...] tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução 759/93 do Conselho Federal de Contabilidade.

A seguir, descrevem-se alguns conceitos básicos da contabilidade tradicional adaptados para a Contabilidade Ambiental os quais amparam cientificamente esse novo ramo

contábil, buscando inserir os estudos contábeis como meio de agregar os conhecimentos pertinentes à preservação da natureza e ao desenvolvimento sustentável à mensuração dos eventos econômicos e contábeis.

3.1.1 Classificações da Estrutura Contábil Ambiental

Na contabilidade Ambiental, Ferreira (2006, p. 69) evidencia que podem ser vistos em sua estruturação contábil os seguintes itens:

- a. **Ativo Ambiental** são todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo.
- b. **Passivo Ambiental** é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental.
- c. **Receita Ambiental** é considerada como o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que resulta num aumento do patrimônio líquido, ou outro que não esteja relacionado a ajustes de capital.
- d. **Custos e Despesas Ambientais** são os gastos (consumo de ativos) aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando aplicados diretamente na produção, estes gastos são classificados como custo, e se forem aplicados de forma indireta são chamados de despesa.

A Contabilidade Ambiental não tem só o objetivo o registro, o controle e a apresentação do “Balanco”, única e exclusivamente como outra forma distinta de demonstrar as transações que possam causar ou vir a causar qualquer modificação na posição econômico-financeira da pessoa jurídica, mesmo porque, se assim fosse, bastaria que invocássemos os Princípios Fundamentais de Contabilidade, transcritos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade de nº 750, de 29 de dezembro de 1993, de adoção obrigatória.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável busca conciliar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo. Fortalece-se a percepção de que é imperativo desenvolver, sim, mas sempre em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência).

A questão ambiental despertou o interesse de um grupo de pesquisadores que se reuniu no então chamado Clube de Roma, formado em 1968, na Itália, envolvendo 30 cientistas de 10 países desenvolvidos. O objetivo desses homens era examinar os problemas resultantes do modelo de crescimento praticado até então; investigou-se a expansão descontrolada da população, o ritmo acelerado de industrialização, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e a deterioração ambiental, entre outros. Resultou o relatório *The limits of Growth*, divulgado em 1972, que despertou grande interesse e serviu de embasamento para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo, Suécia, também em 1972.

Seguiram-se outros encontros, como a Conferência das Nações Unidas, no Rio de Janeiro em 1992, com a participação de 170 países, e que teve como principal objetivo à identificação de estratégias regionais e globais relacionadas às questões do meio ambiente. Ao final do encontro foi proposta a realização de uma agenda para o século XXI, o que veio a denominar-se Agenda 21, é um plano de ação global que inclui as medidas mais importantes que é necessário tomar para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” mais difundido e escolhido sem restrições no mundo é o mencionado no Relatório Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland, de 1987). Esse relatório estabeleceu que “[...] desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Nesse sentido, no contexto do desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental precisa ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento, havendo a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Apenas o crescimento não gera igualdade ou justiça social; não leva em consideração nenhum aspecto sobre qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que beneficia poucos indivíduos em relação ao conjunto da população. Desenvolvimento leva em conta, tanto a geração de riquezas, como sua distribuição, a

melhoria da qualidade de vida e a questão ambiental.

4 ANÁLISE DO SETOR MADEIREIRO DE RORAIMA

O Estado de Roraima, com 225.116 km², localiza-se na região Norte do Brasil, fazendo fronteira com República Cooperativista da Guiana e com a República da Venezuela. No Brasil, faz fronteira com os Estados do Amazonas e do Pará. Boa Vista é a capital do estado. O Estado destaca-se na produção de arroz irrigado, de soja e no grande potencial sustentável de madeira. No entanto, ainda é a madeira o principal produto de exportação de Roraima.

A amostra utilizada para o desenvolvimento deste trabalho constituiu-se da análise em cima dos questionários aplicados a 32 empresas do setor madeireiro - em cima dos dados do Ministério do Meio Ambiente, e do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - do Estado de Roraima. No entanto, somente 20 empresas demonstraram interesse, responsabilidade no trabalho proposto, e se dispuseram a colaborar com a pesquisa de campo. Isso corresponde a uma amostra de 66% de empresas do setor madeireiro.

Outro momento importante na pesquisa de campo ocorreu com a entrevista dos empresários ou responsáveis, que aconteceu na coleta dos questionários aplicados. A entrevista deixou os gestores mais abertos para também protestarem contra as leis ambientais contraditórias, e a aplicação de multas pelos órgãos responsáveis.

Para uma análise adequada às questões foram estruturadas, divididas e classificadas em categorias que sintetizam o conteúdo principal dos dados da pesquisa. A apresentação dos dados coletados foi realizada em um levantamento das categorias principais e específicas, com posterior interpretação das opiniões e respostas dos entrevistados.

Baseando-se no conteúdo apresentado nos gráficos a seguir, passa-se a discussão das categorias.

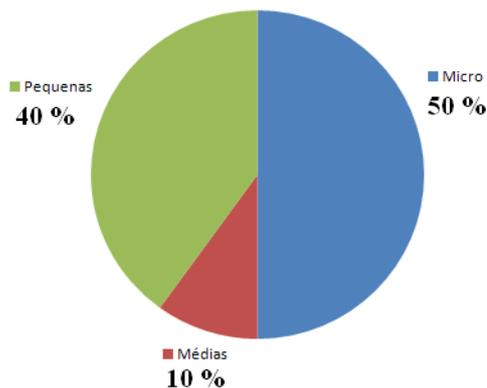


Gráfico 1- Enquadramento Jurídico das Empresas Madeireiras

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme o Gráfico 1, na cidade de Boa Vista, das empresas que atuam no setor de madeira, 50% são micros empresas, 40% são empresas de pequeno porte, e 10% são consideradas médias. Isso reforça a tese do SEBRAE de que são realmente os micros empresas que contribuem para o crescimento econômico do país e dos estados.

A adoção de critérios para a definição de tamanho de empresa constitui importante fator de apoio às micro e pequenas empresas; isso permite que as firmas classificadas dentro dos limites estabelecidos possam usufruir os benefícios e incentivos previstos nas legislações que dispõem sobre o tratamento diferenciado ao segmento, o que veio a ser reforçado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Essa norma busca alcançar objetivos prioritários de política, como o aumento das exportações, a geração de emprego e renda, a diminuição da informalidade dos pequenos negócios entre outras.

Outro dado relevante foi à localização geográfica dessas empresas que estão 100% localizadas no perímetro urbano de Boa Vista. Essa localização geográfica das empresas madeireiras próxima a bairros residenciais tem causado grandes transtornos ambientais aos moradores vizinhos, pois a fumaça e a fuligem da queima dos resíduos de madeiras contribuem para o aumento de doenças respiratórias entre as crianças. Esses fatores contradizem a seção primeira da “Agenda 21”, documento produzido na ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no qual aborda os as relações do meio ambiente com os aspectos sociais para que haja uma reorientação da educação para ao desenvolvimento sustentável, pois, neste estudo, mostra que as pessoas mais atingidas pelas consequências das madeireiras em Boa Vista são as residentes nos bairros periféricos da cidade, onde a pobreza, e a falta de assistência pelo poder competente são maiores.

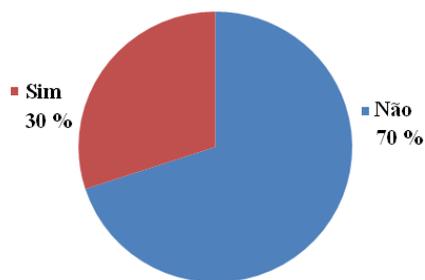


Gráfico 2- Certificado Ambiental

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No aspecto relacionado à Certificação Ambiental, conforme o Gráfico 2, verifica-se que ainda não existe uma preocupação das empresas entrevistadas quanto a esse item, falta sensibilidade por parte dos empresários de que seus produtos necessitam dessa rotulagem para atender às necessidades do mercado consumidor. E esse dado foi muito negativo, pois 70% das empresas não possuem nenhuma certificação ambiental, contra 30% que o possui. E estas empresas afirmam que o fato de possuírem uma certificação ambiental contribuiu na melhoria de seus produtos para atender seus clientes, e no aumento de exportação. Um exemplo dessa certificação é a ISO 14000, criada na década de 1990. Essa conduta é uma série de normas desenvolvidas pela “International Standardization for Organization” (ISO) e que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas, com intuito a padronização dos processos de empresas que utilizassem recursos tirados da natureza e/ou causassem algum dano ambiental decorrente de suas atividades, como é o caso das madeireiras.

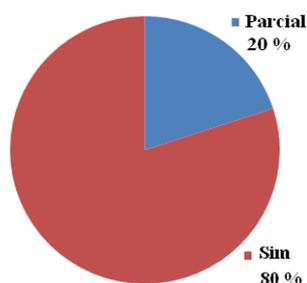


Gráfico 3 - Conhecimento da Legislação Ambiental de Roraima

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme o Gráfico 3, 80% dos entrevistados dizem conhecer a Legislação Ambiental do Estado de Roraima vigente contra 20% que conhecem parcialmente. Mesmo assim os que conhecem procuram trabalhar dentro das normas, embora o Código Florestal (BRASIL, 1965) tenha defeitos gravíssimos por ser excessivamente rígido e pouco flexível.

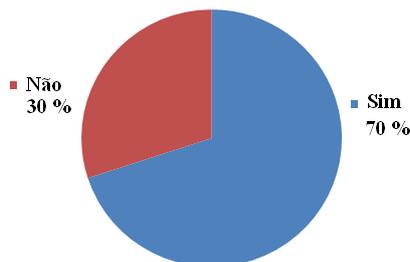


Gráfico 4 - Política Ambiental Desenvolvida pelas Empresas

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em relação à política de meio ambiente divulgada pelas empresas, pode-se observar, no Gráfico 4, que 70% dos empresários responderam desenvolver em suas empresas uma política de proteção ao meio ambiente claramente definida e divulgada em âmbito interno e externo. No entanto, 30% dos entrevistados alegaram não existir essa política nas suas empresas, ou alguma outra atividade relacionada à preservação do meio ambiente.

Com relação à questão 13 do questionário da pesquisa de campo, em que é indagado se a empresa adota alguma medida para melhorar o desmatamento provocado pela retirada de madeiras à resposta foi negativa, pois a única medida adotada que ameniza esse fato é a retirada de madeira de locais autorizados pelo IBAMA que serão usados para a queimada.

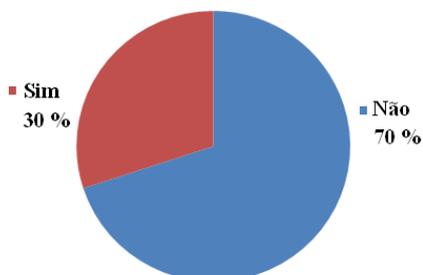


Gráfico 5 - Conhecimento da Contabilidade Ambiental

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em relação a ter conhecimento sobre Contabilidade Ambiental 30% dos empresários afirmaram ter conhecimento, e 70% preferiram não ter qualquer tipo de informação sobre tal assunto. Todas as empresas entrevistadas disseram não aplicar nenhum um tipo nomenclatura contábil em relação aos investimentos, custos, despesas relativas ao meio ambiente. Algumas empresas informaram que o dado é contabilizado como despesas gerais. Não fazendo qualquer detalhamento sobre esta questão de nomenclatura ambiental.

Essas informações são condizentes com o que foi exposto por Ferreira (2006, p.25) “[...] a valoração do meio ambiente é um dos aspectos mais críticos de todo o processo de contabilização”. Isso é reforçado com as respostas obtidas na questão 10 da pesquisa de campo onde se comprovou não existir nas empresas pesquisadas nenhum departamento responsável pela criação ou absorção de tecnologias limpas. Ou seja, as empresas não têm conhecimento de quanto é investido por ano em ativos, custos e despesas ambientais, pois como a contabilidade é realizada sem a utilização da Contabilidade Ambiental esses dados são simplesmente mensurados como despesa na Demonstração do Resultado do Exercício.

Ao serem questionados se suas empresas possuem algum financiamento, subsídio, incentivo, desconto ou qualquer outra facilidade para investimentos no meio ambiente, conforme a questão 11 da pesquisa de campo, os empresários foram unânimes em dizer que desconhecem ou não recebem qualquer tipo de incentivo, subsídios, descontos ou qualquer outra facilidade para serem aplicados em benefício ao meio ambiente. No entanto, os empresários também não fazem investimentos ou contabilizam os fatores ambientais por alegarem não ter subsídios para obtenção de cálculos ou estruturas sobre a entrada e saída de recursos provindos da Contabilidade Ambiental. Com isso, os empresários demonstraram insatisfação por não estarem sendo incentivados por entidades governamentais.

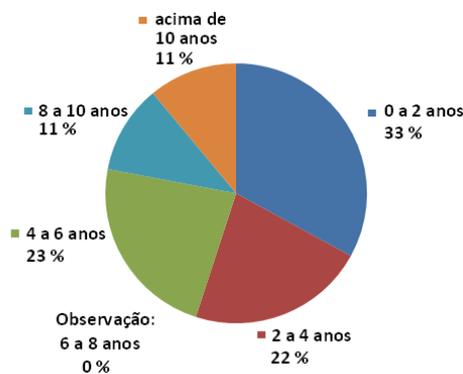


Gráfico 6 - Tempo de Atividade das Empresas

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outro dado importante obtido na pesquisa, conforme o Gráfico 6, é o tempo de atividade da empresa, consta que 11% dessas empresas atuam no mercado há mais de dez anos. E 33% da grande maioria dessas empresas estão em atividade no setor de exportação somente até dois anos, 22% atuam no período de dois a quatro anos, 23% entre quatro e seis anos, e 11% no período correspondente de oito a dez anos. Isso mostra que a ampliação no

processo de exportação de madeira de Boa Vista é uma atividade que vem aumentando consideravelmente, pois o maior percentual de empresas exerce suas atividades há pouco tempo.

Outro dado quanto às perguntas relacionadas às questões ambientais, é que os pesquisados revelaram conceitos de Meio Ambiente atrelado a uma concepção de adaptação da natureza ao ajustamento das leis e às suas necessidades. Essas concepções além de muito retrógradas, interferem no cumprimento de uma legislação ambiental que atenda aos anseios desses empresários e também da sociedade e de futuras gerações. Não pode ser considerado como uma atividade de ajustamento ou de adaptação ao existente, mas como resultado de sucessivas transformações objetivas e subjetivas. A presença da natureza é fundamental e faz parte de qualquer cenário da vida. Além de apreciar e desfrutar, é preciso manter os recursos naturais.

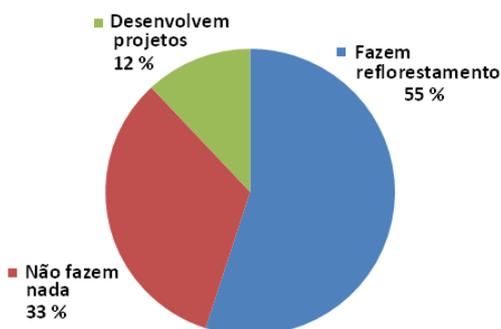


Gráfico 7 - Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável de Roraima

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para obter essas respostas, perguntou-se aos empresários entrevistados de que maneira suas empresas contribuem para o desenvolvimento sustentável de Roraima. Conforme o Gráfico 7, 55% responderam que atendem à legislação atuando com o reflorestamento de 8 árvores para cada metro cúbico derrubado. Desse montante, 12% procuram sensibilizar seus funcionários de que se deve preservar o meio ambiente, pois dele vem à matéria-prima de suas empresas. E o restante 33% afirmaram não desenvolver nenhuma atividade em prol do meio ambiente, somente o exploram.

Comprovou-se na entrevista com os empresários que o setor madeireiro sofre impactos da legislação ambiental devido ao excesso de regulamentação e das leis contraditórias, como a quem autoriza o desmatamento e limita a utilização da retirada de madeira em 60 metros

cúbicos. Nesse caso, a madeira está autorizada para a queima, no entanto é dificultada a retirada dela como matéria-prima.

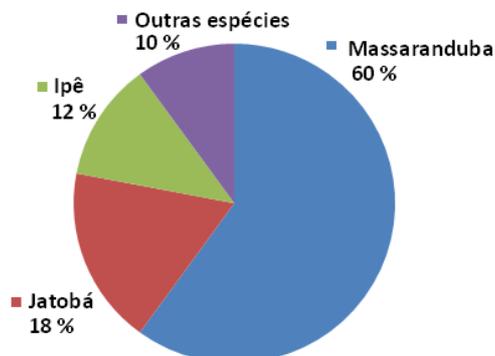


Gráfico 8 - Principais Madeiras Exportadas

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A exploração de madeiras em Roraima gera renda, além do setor madeireiro, para o comércio e o transporte. E as mais vendidas, conforme o Gráfico 8, para atender às exportações, de acordo com os entrevistados foram maçaranduba, jatobá, ipê. Depois vem o angelim ferro, caferana e a cupiúba, sendo todas essas comercializadas por 70% das empresas. As outras espécies como corupixá, tatajuba, casca grossa, cedro doce, cumaru, angelim pedra, roraima ouro, louro abacate, estopeiro são vendidas somente por 30% das empresas.

Os países importadores compram mais as madeiras resistentes para a confecção de móveis. Também eles selecionam as madeiras mais duradouras para a construção civil. No entanto, as madeiras comercializadas tidas como madeiras nobres como o mogno, cuja extração é proibida por lei são as mais pedidas e comercializáveis.

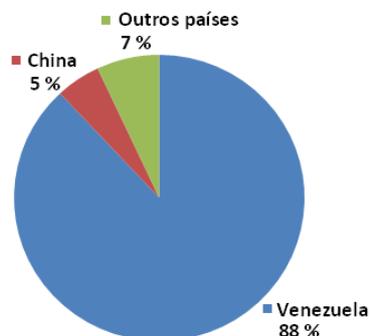


Gráfico 9 - Principais Importadores de Madeira de Boa Vista

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Partindo para a análise da comercialização, detectou-se no Gráfico 9 que 88% das empresas exportam seus produtos para a Venezuela, sendo este o principal comércio com quem exercem relações de exportação. Em segundo lugar com 7% das importações, são outros países como: Japão, Austrália, Espanha, Bélgica, Estados Unidos, Holanda e a América Central. E, em terceiro lugar, vem à China com 5% das importações.

Também foi indagado às empresas que trabalham com exportação, conforme questão 14 da pesquisa de campo, se os países para onde essas madeiras são vendidas exigem alguma certificação. Os entrevistados afirmaram que alguns desses países importadores, como os Estados Unidos e os da Europa, exigem de seus fornecedores uma madeira que esteja de acordo com as leis ambientais, no entanto, em Roraima ainda não existe certificação por explorar áreas que somente exigem o remanejamento florestal, e para isso as empresas pagam a reposição a uma empresa especializada.

Como no Estado a madeira é retirada de fazendas, roças e projetos de assentamento, os empresários do setor são encarregados de fazer o reflorestamento em consequência desse aproveitamento. Mas já existe uma preocupação por parte do Sindicato da Indústria Madeireira de Roraima em reflorestar as áreas de extração de madeira. Isso ocorre porque para chegar até o Selo Verde é necessário um plano de manejo florestal, e assim, está em andamento o “Projeto Refloresta Roraima”, emperrado há quatro anos, pois falta o IBAMA fornecer o mapeamento das áreas degradadas ambientalmente, como mata ciliar, montanhas de suspensão e áreas modificadas que devem manter a vegetação original.

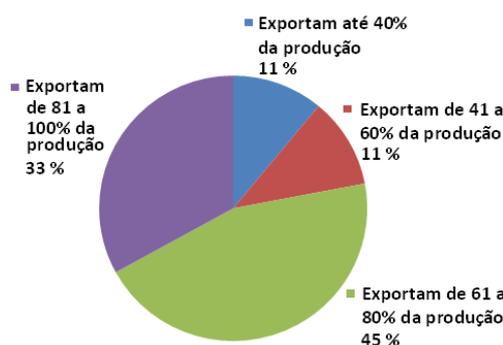


Gráfico 10 - Percentual de Exportação em relação à Produção de Madeiras

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No Gráfico 10, observa-se que as empresas exportadoras de madeira vão muito bem à relação ao percentual de produção exportado. 45% têm sua produção exportada em torno de 61% a 80%; 33% vendem de 81% a 100% de tudo o que produzem; 11% exportam de 41% a

60%; e os outros 11% vendem entre zero a 20% de sua produção. Isso mostra que a grande maioria das empresas que atua no ramo de exportação de madeira consegue trabalhar e produzir para atender a demanda de seus clientes, apesar do Sindicato da Indústria Madeireira de Roraima afirmar que a matéria-prima é insuficiente para atender a demanda de seus clientes devido à burocracia dos órgãos ambientais.

Além do mais, Valle (1995) afirma que com a implantação pelas empresas e exigida pelos importadores, a Série ISO 14000 irá beneficiar os produtores responsáveis, preocupados com o meio ambiente, contra os concorrentes inconsequentes e irresponsáveis que não respeitam o meio ambiente.

Na análise quanto ao órgão que mais coloca dificuldades à exportação de madeira em Roraima, os entrevistados foram unânimes em afirmar ser o IBAMA a principal barreira das exportações pela demora excessiva em liberar as áreas requeridas para a extração de matéria-prima e a exploração de madeiras, dificultando, assim, a produção das empresas.

O IBAMA também é responsável pelo atraso na liberação da Autorização de Transporte de Produtos Florestais - ATPF e da concessão para o transporte de corte. Miranda *et al.* (1997) identificam outras dificuldades enfrentadas pelas madeireiras como a pressão sofrida pelas associações e instituições públicas e privadas que primam pela qualidade ambiental, fato que em algumas situações dificulta a exportação de madeiras.

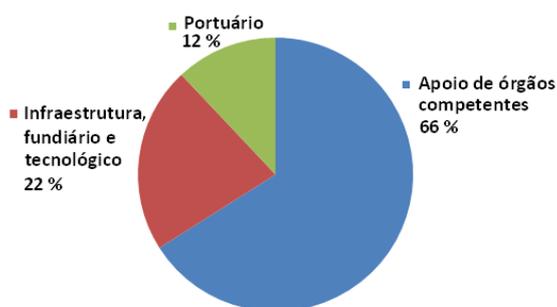


Gráfico 11 - Fatores Limitantes para a Exportação de Madeira

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outros fatores limitantes para a exportação de madeira, de acordo com o Gráfico 11, são que 66% dos entrevistados apontam a falta de apoio dos órgãos competentes. A infraestrutura, a questão fundiária, e o aspecto tecnológico, na opinião de 22% dos empresários, vêm em segundo lugar, e o fator de escoamento através de portos ficou em último lugar, com 12%, uma vez que o produto é transportado até a Venezuela e de lá segue o caminho para os Estados Unidos, a América Central, a Europa e a Ásia.

4.1 SUGESTÕES PARA IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Os resultados da pesquisa foram: em relação a ter conhecimento sobre Contabilidade Ambiental 30% dos empresários afirmaram ter conhecimento, e 70% proferiram não ter qualquer tipo de informação sobre tal assunto. Todas as empresas entrevistadas disseram *não aplicar* nenhum tipo de nomenclatura contábil em relação aos investimentos, custos, despesas relativas ao meio ambiente. Algumas empresas informaram que o dado é contabilizado como despesas gerais, não fazendo qualquer detalhamento sobre esta questão de nomenclatura ambiental.

Ao analisar esse resultado propõe-se que a contabilidade ambiental e os seus benefícios quanto a sua implementação e evidenciação sejam mais divulgados para os empresários do setor pesquisado.

Uma proposta viável, com foco na evidenciação do patrimônio ambiental seria a contribuição para os gestores das informações contábeis na sua missão de fornecer informações para ajudar o controle interno e principalmente aos usuários das informações contábeis. Alguns lançamentos contábeis que podem ser utilizados na evidenciação de contas ambientais em empresas madeireiras (ativo, passivo, patrimônio líquido, despesas, custos e receitas). Tal proposta poderá ajudar as empresas madeireiras a melhorar a aplicação de seus passivos e valorização de seus ativos sem degradar o meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo mostrar a importância do estudo do setor madeireiro de Roraima e suas ações para a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento econômico sustentável do Estado de Roraima.

No transcorrer deste artigo foi detectado que as empresas madeireiras do estado de Roraima não utilizam a Contabilidade Ambiental por não ter conhecimento das informações relacionadas aos benefícios financeiros, econômicos, sociais e ambientais. Partiu-se da hipótese de averiguar se a Contabilidade Ambiental pode ser um agente condutor de informações necessárias para o desenvolvimento sustentável no setor madeireiro do Estado de Roraima, ajudando os empresários desse setor na identificação de alternativas para avaliação de investimentos ambientais em suas empresas.

Assim sendo a hipótese revelou-se negativa, já que a Contabilidade Ambiental não è

utilizada por falta de normas que venham a beneficiar com subsídios, incentivos, descontos ou qualquer outra facilidade a quem aplica a contabilidade ambiental.

Em Roraima, conforme o Ministério do Meio Ambiente existem cerca de trinta e duas madeiras cadastradas para trabalharem e explorarem a madeira, e a maioria dessas empresas está próximo ao perímetro urbano da cidade de Boa Vista, o que traz outra preocupação relacionada à questão ambiental.

A situação do setor madeireiro é estável devido ao controle da madeira extraída realizado pelo IBAMA. No entanto, os empresários roraimenses alegam que devido essas restrições, o setor madeireiro não atende a demanda do mercado pela excessiva burocracia dos órgãos competentes para a extração da madeira, mesmo que em 2006 tenha se registrado um aumento de produção de 100% na extração de madeira em tora voltada para a exportação.

Considerando o objetivo da pesquisa, os empresários das empresas madeireiras se mostraram interessados no contexto sobre a Contabilidade Ambiental que apenas atualmente vem sendo debatida e discutida no Estado. Tendo em vista os fatos recolhidos através do questionário de pesquisa, o índice de divulgação da Contabilidade Ambiental traz insatisfação. Isso se explica porque os empresários não têm o devido conhecimento do assunto, apesar deles terem conhecimento dos impactos ambientais que provocam com a atividade de extração da madeira em Roraima, se faz necessário à adoção de medidas de políticas ambientais mais condizentes com a realidade do estado de Roraima.

Nesse Estado, o setor madeireiro tem como base a exportação da madeira, e a Contabilidade Ambiental deveria está inserida nesse meio, contudo a mesma não está sendo aplicada na contabilidade empresarial, caso isso estivesse ocorrendo ficaria mais fácil para o empresário aplicar melhor seu investimento em atividades de proteção e preservação do meio ambiente. Ferreira (2006, p. 24) ressalta que *“os relatórios ambientais têm como característica a descrição física sobre como determinada ação pode influenciar fisicamente o meio ambiente”*, e as madeiras de Boa Vista, infelizmente, não possuem esse critério.

Com a criação da Área de Livre Comércio em Boa Vista, em 2008, torna-se viável o potencial do setor madeireiro e o uso da Contabilidade Ambiental por esse setor uma vez que as empresas que adquirem a madeira de Roraima estão preocupadas com a questão da responsabilidade social e preservação ambiental. Para tanto se faz necessário que as empresas do setor madeireiro atendam a essa nova demanda do mercado. Isso mostra a relevância do estudo e do uso da Contabilidade Ambiental no setor madeireiro de Roraima, pois se as mesmas quiserem atender às exigências desse mercado terão que se adaptar e rever seus conceitos e a forma de contabilizar seus ativos e passivos.

A principal contribuição do artigo foi o de traçar um perfil básico do setor madeireiro, com ênfase nas informações do porte das empresas, ações voltadas para preservação ambiental, exportações e Contabilidade Ambiental. Foi possível também verificar que os empresários do setor são carentes de informações quanto à aplicabilidade e a geração de benefícios que a Contabilidade Ambiental pode trazer para sua empresa.

Mas, a Contabilidade Ambiental além de auxiliar as empresas para mensurar seus ativos e passivos ambientais, auxilia a empresa a competir e exportar dentro das normas ambientais exigidas pelos consumidores norte-americanos e europeus, pois Miranda *et al.* (1997) mencionam que até pouco tempo as exigências referentes à proteção ambiental eram consideradas como um freio ao crescimento, um fator de aumento dos custos de produção. Hoje, no entanto, proteger o meio ambiente está se convertendo em oportunidades para expandir mercados, baixar custos e prevenir-se contra possíveis restrições a mercados externos (barreiras não tarifárias).

Desta forma observamos que a certificação não representa uma ação isolada e pontual, mas sim, um processo estratégico empresarial que tem início com a conscientização da qualidade para manter a competitividade e por consequência, a permanência no mercado, ao mesmo tempo em que possibilita a satisfação dos clientes em relação aos produtos comercializados.

Com o perfil traçado através do artigo, os resultados observados servem de subsídio para que o setor madeireiro do Estado de Roraima canalize seus esforços na busca de melhorar a gestão empresarial e ambiental, objetivando o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima. Portanto, é necessário um amparo legal para consolidar práticas menos agressivas ao meio ambiente, já que houve avanço nas Leis dos Crimes Ambientais, porém, a parte jurídica é limitada e o sucesso da mesma depende da aceitação da sociedade.

Preparar condições para uma gestão empresarial que contemple a contabilidade ambiental é um trabalho que proporciona uma visão global da empresa. É possível, num prazo relativamente curto, implementar a contabilidade ambiental, permitindo que o empresário fique atento à legislação em vigor, cumpra-se e ainda introduza os elementos financeiros nas contas da empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. O. **Estudo sobre a aplicabilidade da contabilidade ambiental nas empresas de celulose e papel**. Monografia (Especialização em Contabilidade, Auditoria e Gestão da Informação) - Faculdades Cathedral, Boa Vista, 2003.

ANTUNES, C. C. Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 11., Goiânia, 2000. **Anais...** Goiânia: CFC, 2000.

BARROS, A. C.; VERÍSSIMO, A. **A expansão da atividade madeireira na Amazônia: impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará**. Belém: AMAZON, 1999.

BERGAMINI JÚNIOR, S. Custos emergentes na contabilidade ambiental. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, ano III, n. 9, p.03-11, ago./out. 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.

CAMPOS, L. M. S. S. **Sistema de gestão e avaliação de desempenho ambiental: uma proposta de implementação**. Florianópolis. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 750/93**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc>. Acesso em: 01 fev. 2007.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, T. **Temas contábeis em destaque: passivo ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

IBRACON. NPA 11 – Normas e Procedimentos de Auditoria – **Balanco e Ecologia**. São Paulo: Ibracon, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MIRANDA, N. G. M. *et al.* A estratégia de operações e a variável ambiental. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 58-67, jan./mar. 1997.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e meio ambiente**. 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SÁ, A. L. Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Ano XXIX, n. 122, p. 10-13, mar./abr. 1999.

SILVA, B. A. **Contabilidade e meio ambiente**: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

VALLE, C. E. **Qualidade ambiental**: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente. São Paulo: Pioneira, 1995.